



Hugo Costa

Direção de Serviços de Programação e Políticas (DSPP)

GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

Plano Estratégico PAC

Ponto de situação negociação

Hugo Costa Ferreira
Diretor de Serviços de Programação e Políticas - GPP

PINUS Webcast – 2034
Investir para mudar a História do Pinheiro-Bravo - 5 de junho 2020
Organização Centro PINUS



2018

CALENDÁRIO NEGOCIAÇÃO PAC PÓS-2020

Bulgária	maio	Propostas Orçamentais QFP pós 2020
	junho	Apresentação pela Comissão das Propostas Reg. sobre a PAC pós-2020
Áustria	julho - dezembro	Debate técnico e político Conselho / Debate Comagri - PE
	2019	
Roménia	jan - abril	Debate técnico e político Conselho / Votação Comagri - PE
	maio - junho	Eleições para o Parlamento Europeu
Finlândia	outubro	Comissão – Proposta de Regulamento de Transição
	dezembro	Relatório de progresso Regulamentos da PAC

2020

CALENDÁRIO NEGOCIAÇÃO PAC PÓS-2020

maio -
junho

Discussão do Regulamento de transição – em trólogo – COM/PE/CONS
Acordo ?

Croácia

maio

Comissão - Estratégias F2F e Biodiversidade 2030

Comissão – Nova Proposta QFP e Plano de Recuperação

julho -
dezembro

Discussão Conselho Europeu Julho - QFP e Plano Recuperação

Alemanha

outubro -
dezembro

Discussão dos Regulamento PAC – em trólogo – COM/PE/CONS
Acordo QFP?
Acordo Regulamentos PAC?

2021

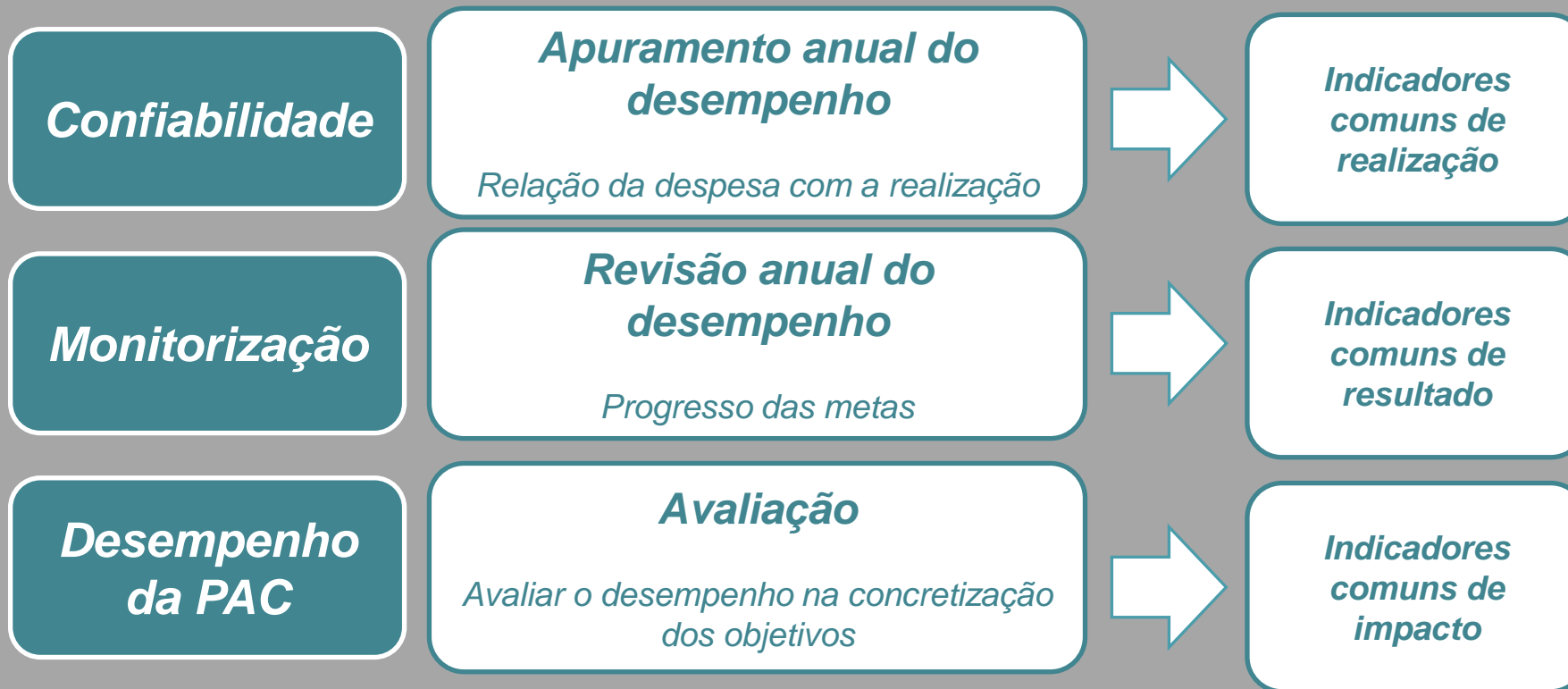
Portugal

janeiro -
junho

Acordo Regulamentos PAC?



Abordagem comum da PAC pós 2020



OBJETIVOS ESPECÍFICOS – Plano Estratégico da PAC

Objetivos da PAC previstos no TFUE

- Incrementar a produtividade da agricultura, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola e a utilização ótima dos fatores de produção, designadamente da mão-de-obra;
- Assegurar deste modo, um nível de vida equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura;
- Estabilizar os mercados;
- Garantir a segurança dos abastecimentos alimentares
- Assegurar preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores.

Objetivo transversal

Modernização do setor através da promoção e da partilha de conhecimentos, da inovação e da digitalização da agricultura e das zonas rurais

Objetivo Económico (OG1)

Promover um setor agrícola inteligente, resiliente e diversificado, de modo a garantir a segurança alimentar



Obj. Específicos 1, 2 e 3

- OE 1 - Apoiar os rendimentos e a resiliência das explorações agrícolas viáveis em toda a União, de modo a reforçar a segurança alimentar;
- OE2 - Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade, com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização;
- OE3 - Melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor;

Objetivo Ambiental e Climático (OG2)

Apoiar a proteção do ambiente e a luta contra as alterações climáticas e contribuir para a consecução dos objetivos da União relacionados com o ambiente e o clima



Obj. Específicos 4, 5, e 6

- OE4 - Contribuir para a adaptação às alterações climáticas e para a atenuação dos seus efeitos, bem como para a energia sustentável;
- OE5 - Promover o desenvolvimento sustentável e uma gestão eficiente de recursos naturais como a água, os solos e o ar;
- OE6 - Contribuir para a proteção da biodiversidade, melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e preservar os habitats e as paisagens;

Objetivo Sócio-Territorial (OG3)

Reforçar o tecido socioeconómico das zonas rurais



Obj. Específicos 7, 8 e 9

- OE7 - Atrair os jovens agricultores e facilitar o desenvolvimento das empresas nas zonas rurais;
- OE8 - Promover o emprego, o crescimento, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bio-economia e a silvicultura sustentável;
- OE9 - Melhorar a resposta dada pela agricultura europeia às exigências da sociedade no domínio alimentar e da saúde, nomeadamente no que respeita à oferta de produtos alimentares seguros, nutritivos e sustentáveis, aos resíduos alimentares e ao bem-estar dos animais.

TIPOS DE INTERVENÇÕES

Pagamentos Diretos

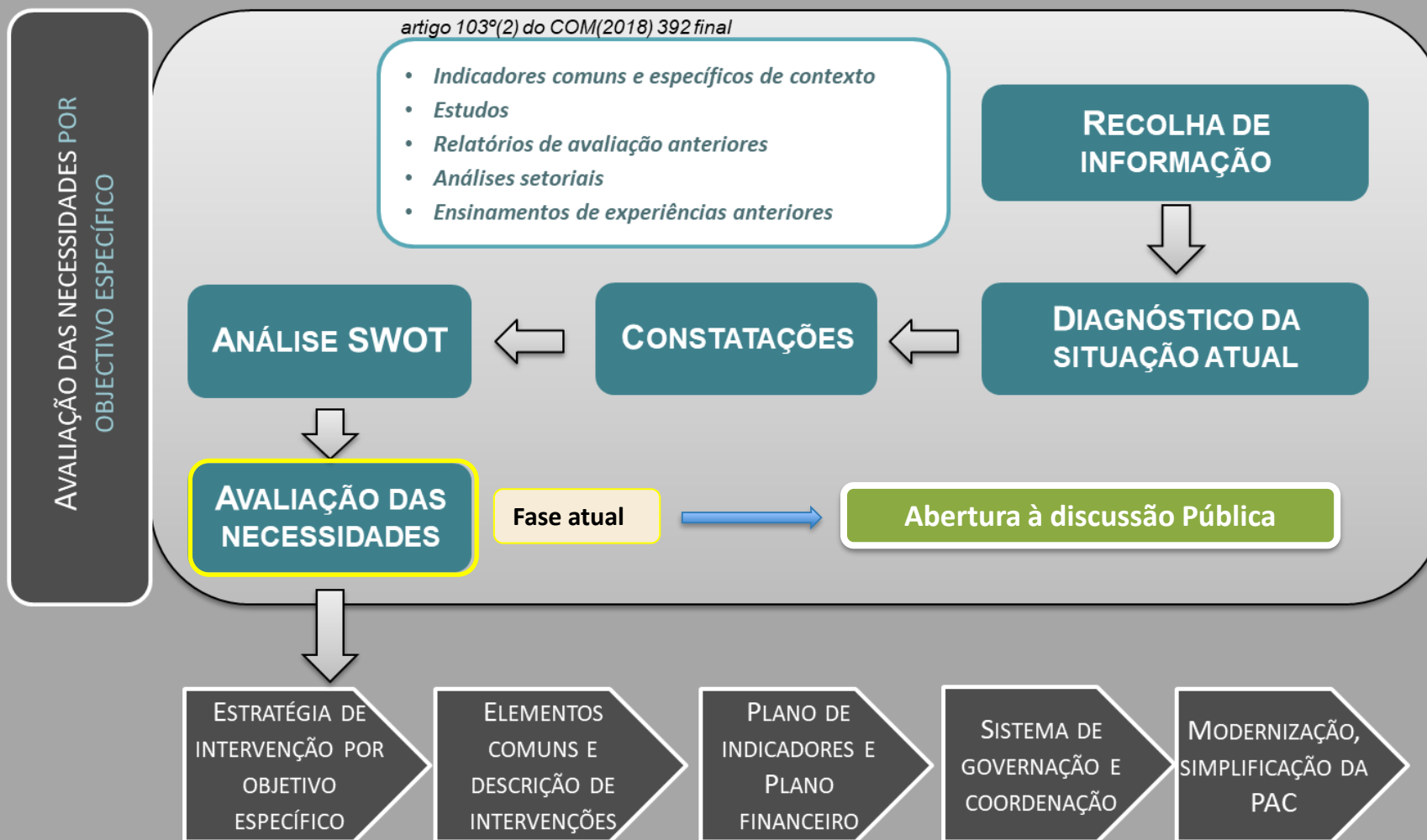
- *Pagamento Base*
- *Pagamento Redistributivo*
- *Pagamento JA*
- *Eco Regimes*
- *Apoio Ligado*
- *Outros (Pequena Agricultura + 3%PO)*

Intervenções setoriais (Vinho, F&H, Mel...)

Desenvolvimento Rural

- *Compromissos ambientais e climáticos*
- *Constrangimentos naturais*
- *Zonas desvantagens específicas*
- *Investimentos*
- *Instalação de JA*
- *Gestão risco*
- *Cooperação*
- *Conhecimento e informação*

PLANO ESTRATÉGICO PAC





Principais constatações

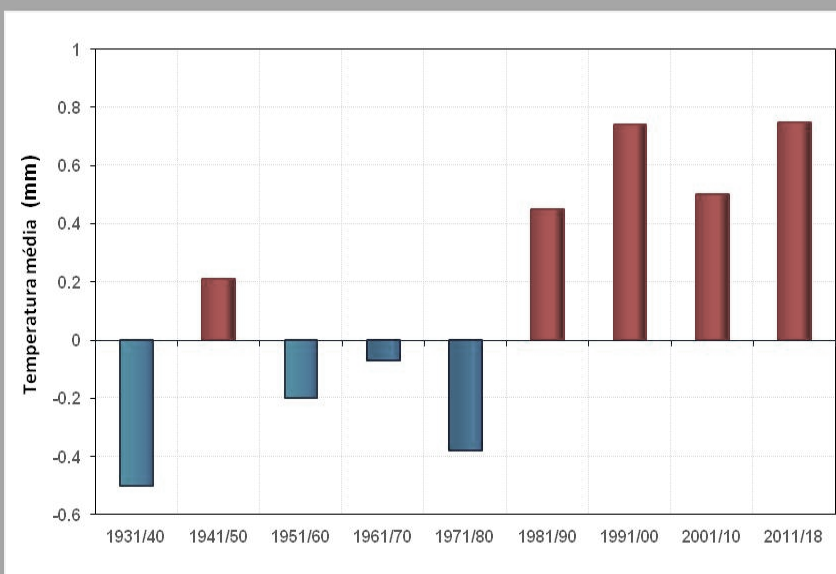
Objetivo Geral 2

Alterações Climáticas e Energia Sustentável, Gestão eficiente dos Recursos e Biodiversidade e Paisagem

ALTERAÇÕES OBSERVADAS NO CLIMA

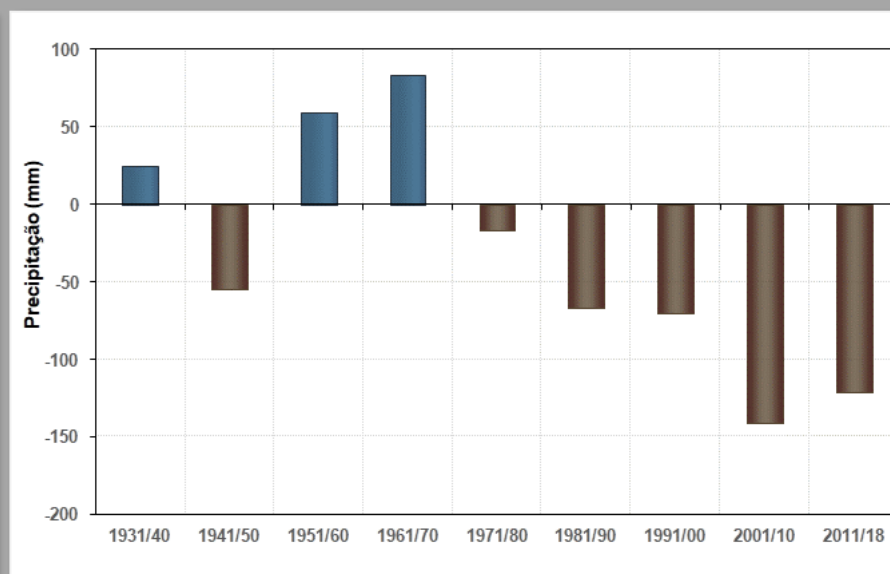
Desvios à Normal - Portugal Continental (1931-2018)

TEMPERATURA MÉDIA DO AR



AS ÚLTIMAS 4 DÉCADAS COM AS TEMPERATURAS MÉDIAS MAIS ELEVADAS

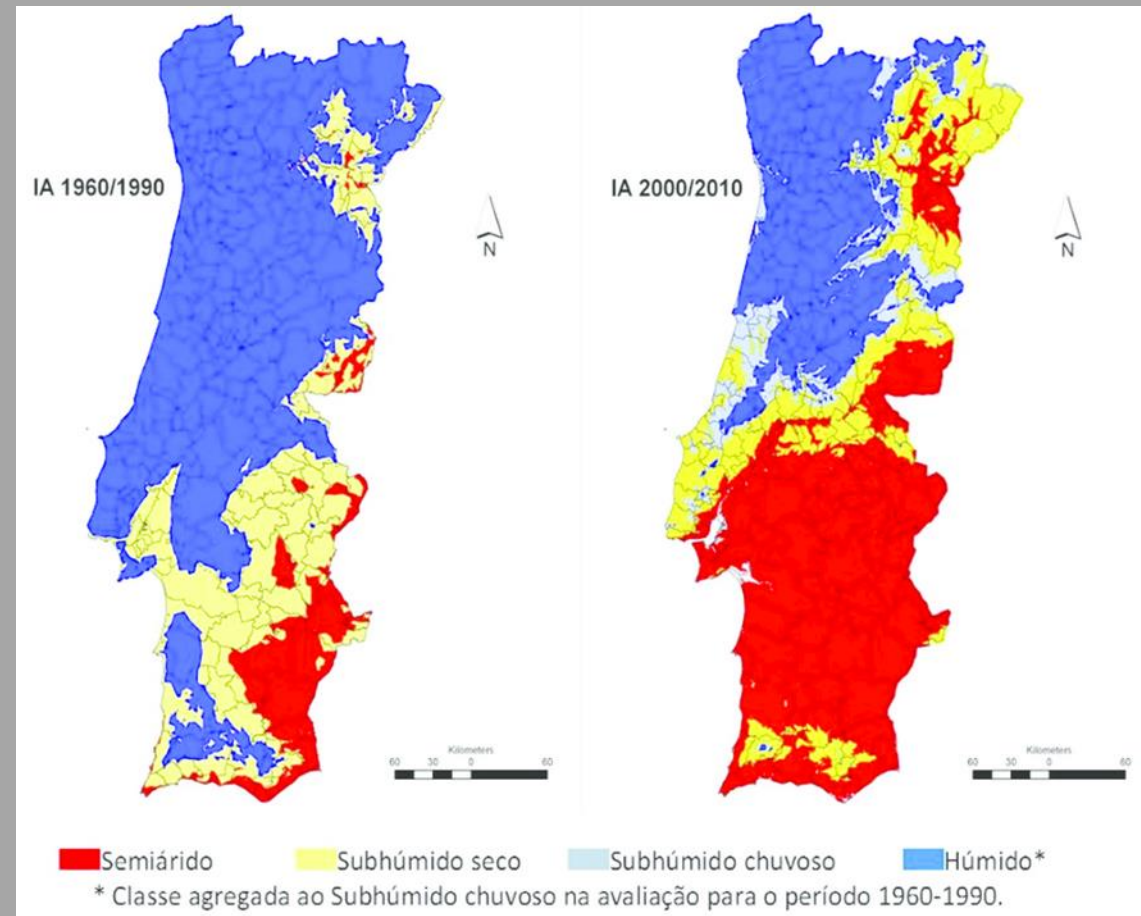
PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL



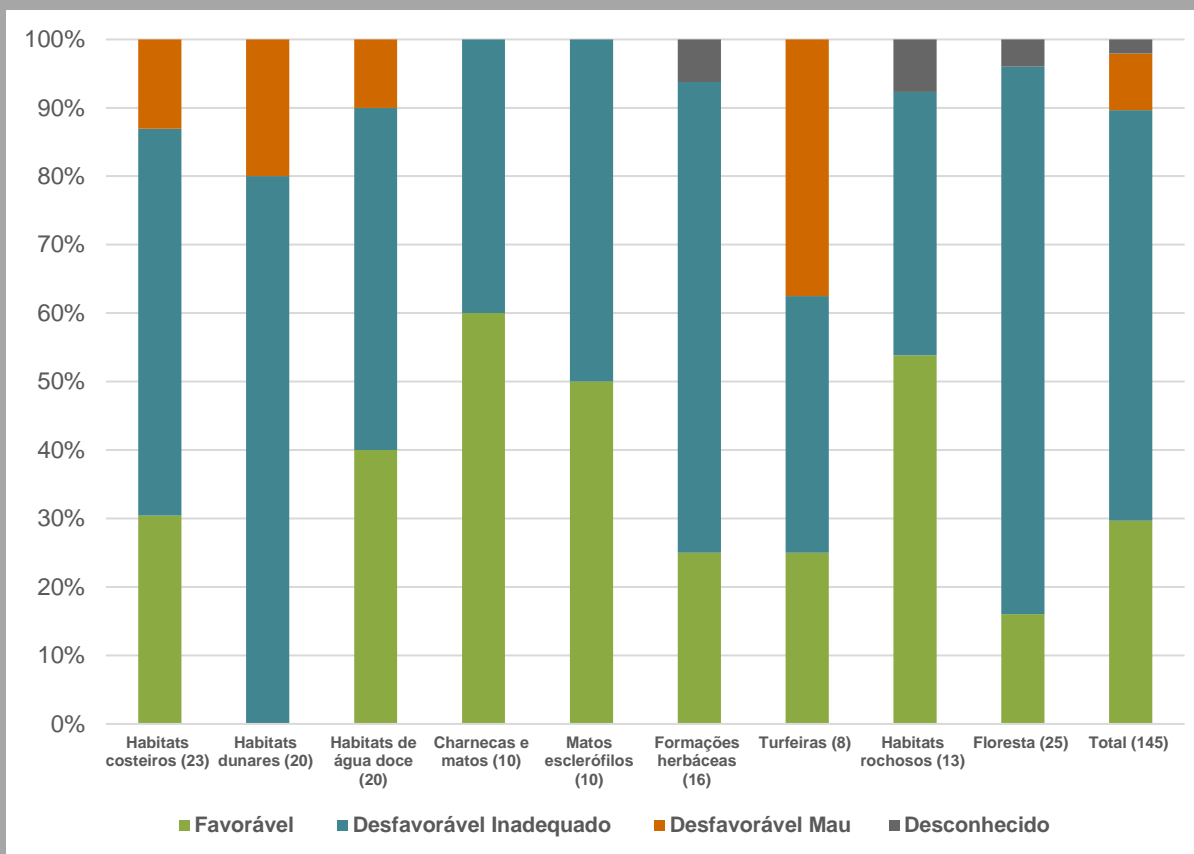
AS ÚLTIMAS 4 DÉCADAS FORAM AS QUE TIVERAM MENOS PRECIPITAÇÃO

**SOLO – DESERTIFICAÇÃO - Carta do Índice de Aridez de Portugal Continental (PANCD, 2011)
comparação dos valores médios do triénio de 1960-1990
com os da última década (2000-2010).**

- A avaliação da suscetibilidade à desertificação do território continental português revela um acréscimo da extensão das áreas suscetíveis relativamente à avaliação anterior (PANCD, 2011).



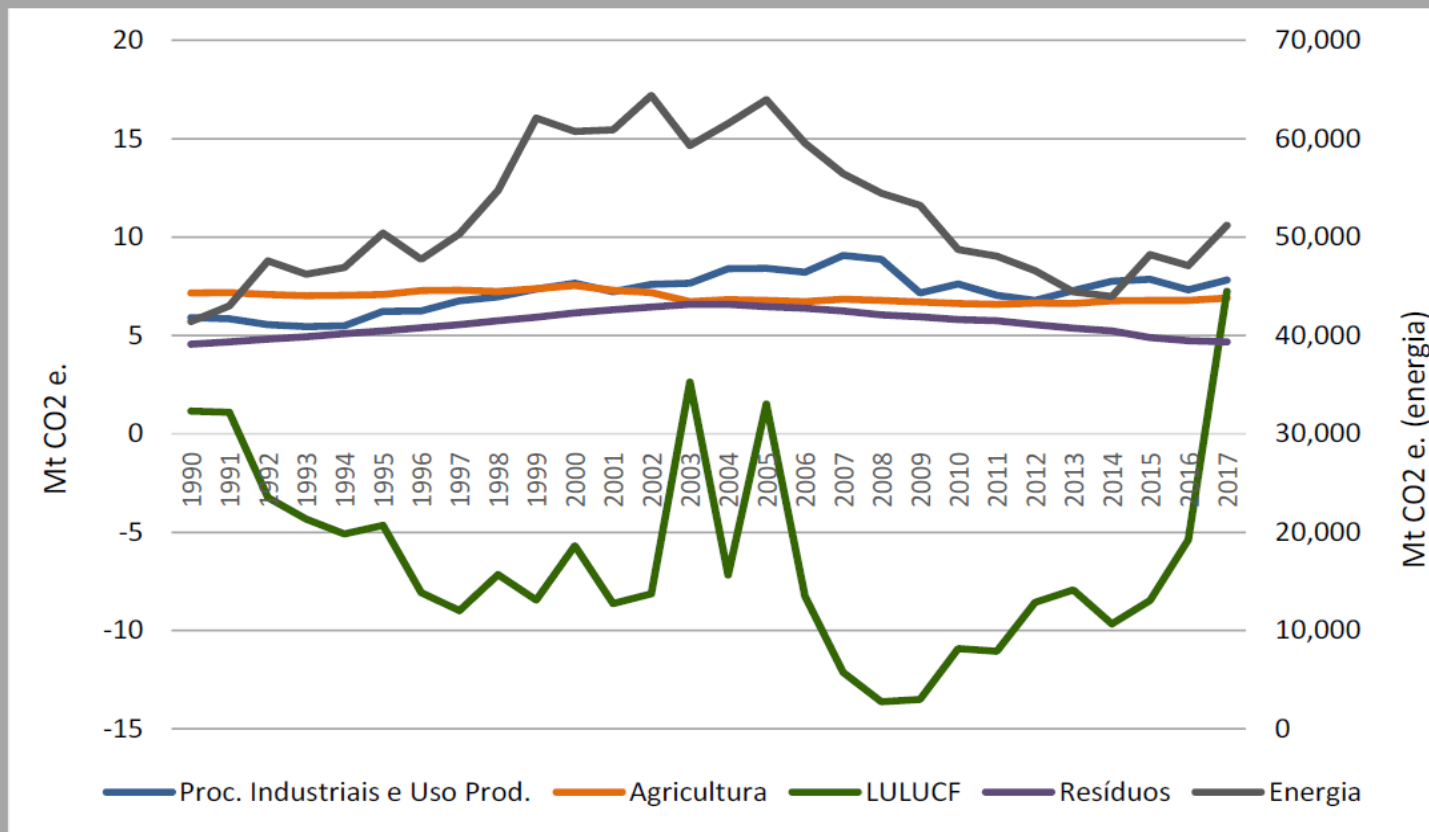
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS HABITATS – 2007-2012



- Habitats em estado de conservação inadequado (60%) ou mau (8%),
- Habitats em pior estado de conservação são os associados à floresta, turfeiras e formações herbáceas.

Estado de conservação de habitats naturais protegidos pela Diretiva Habitats (92/43/CEE), por tipologia de habitats Fonte: Relatório Nacional de Aplicação da Diretiva Habitats, 2007/2012

EMISSÕES GEE AGRICULTURA – 1990-2017



Fonte: NIR 2019, APA

- Floresta enquanto único sumidouro de GEE - mas ocorrência de incêndios coloca em causa esta externalidade positiva (ex: floresta como emissor líquido nos anos 2003, 2005 e 2017). Necessidade de melhorar produtividade primária para ter maior capacidade de sequestro.

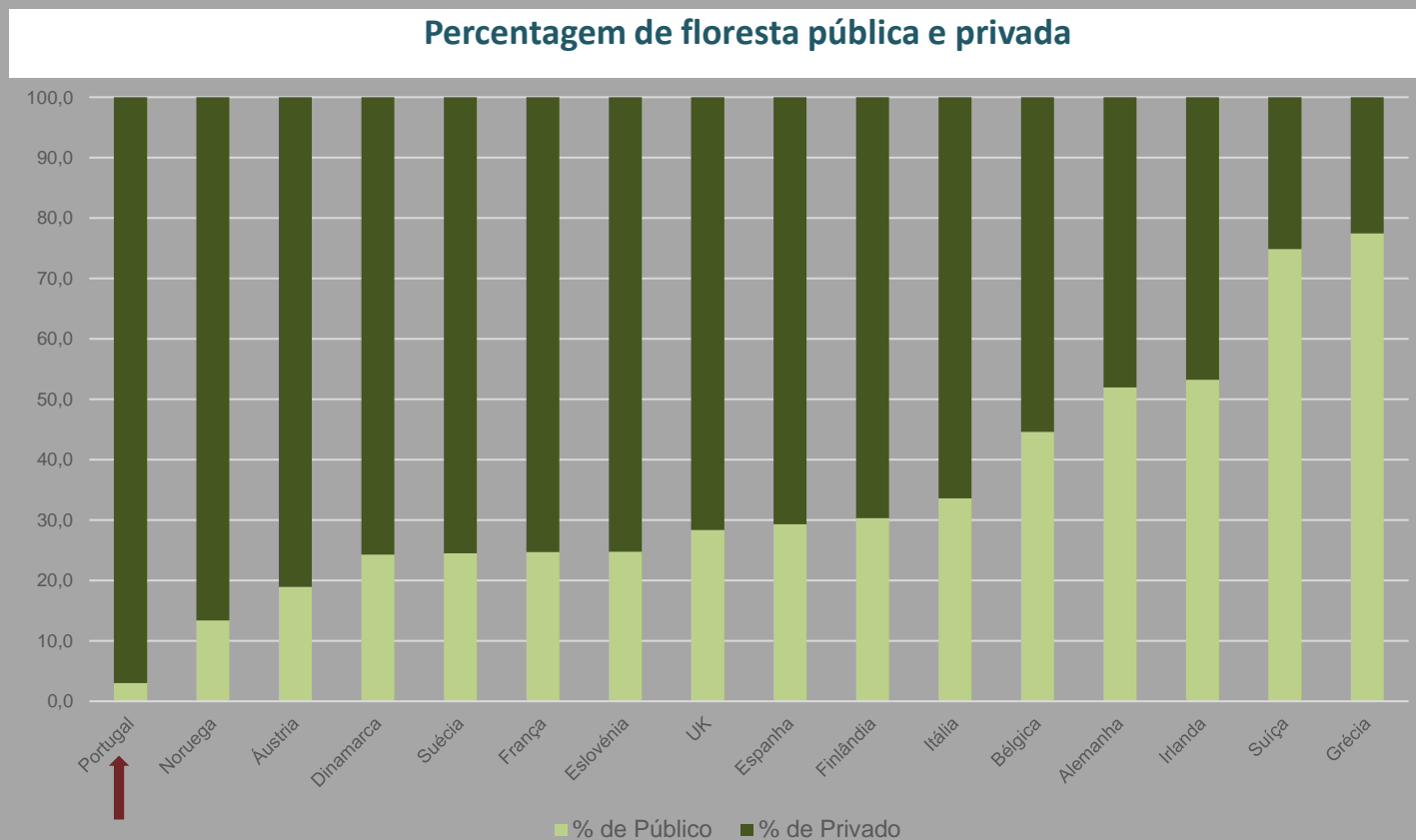


Principais constatações

Objetivo Geral 3

Renovação geracional, Sustentabilidade das Zonas Rurais, Alimentação e Saúde

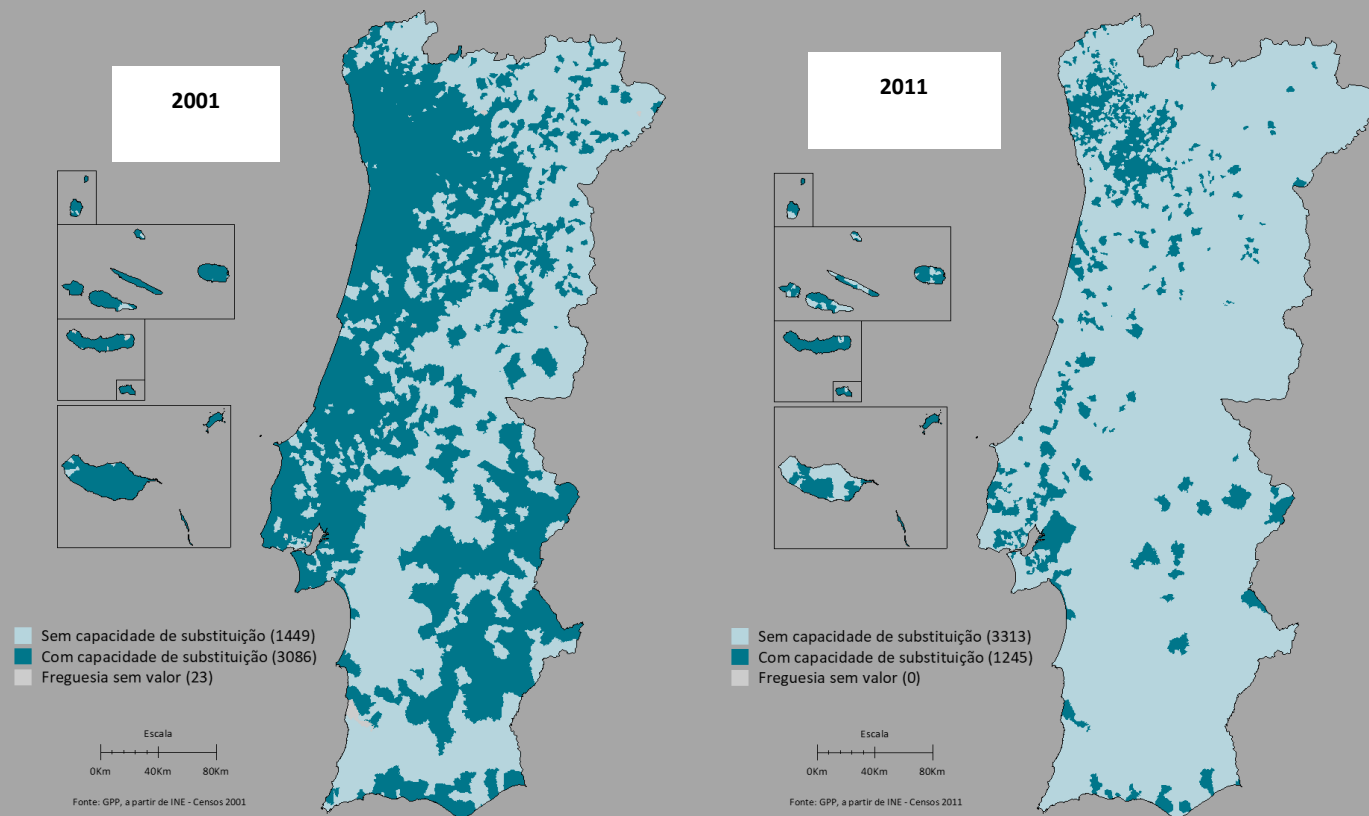
Características estruturais da floresta Portugal : Regime de propriedade



Fonte: TBFRA, 2015-FAO

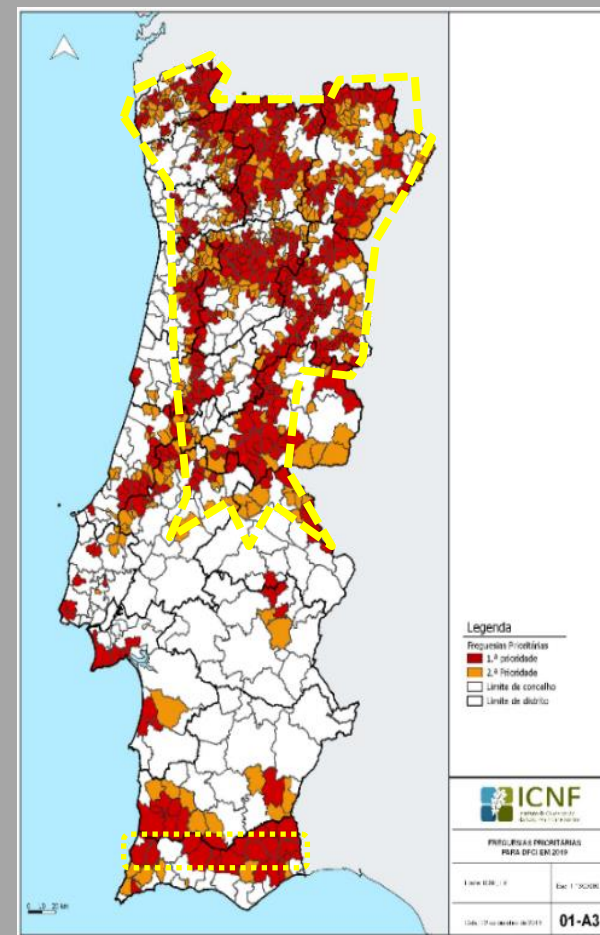
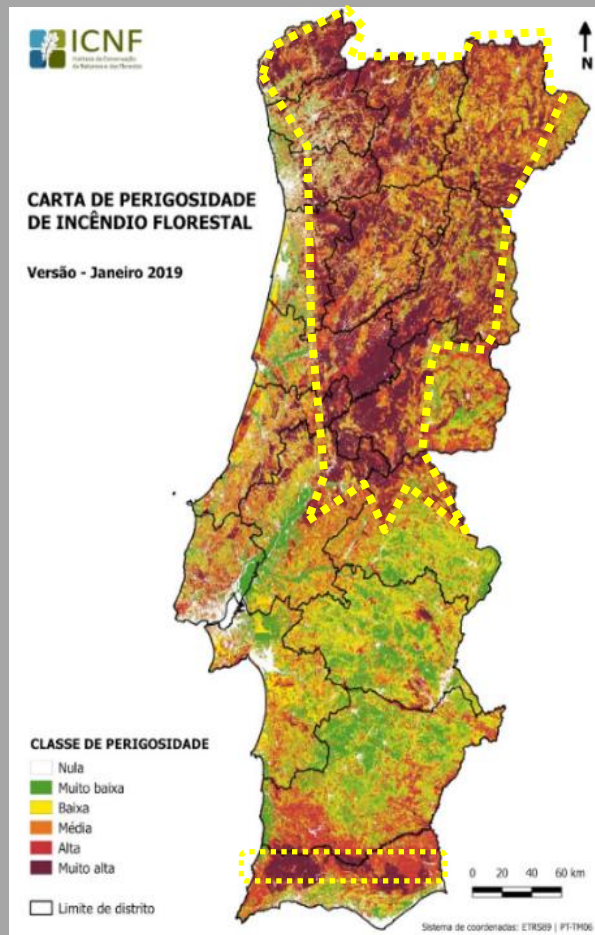
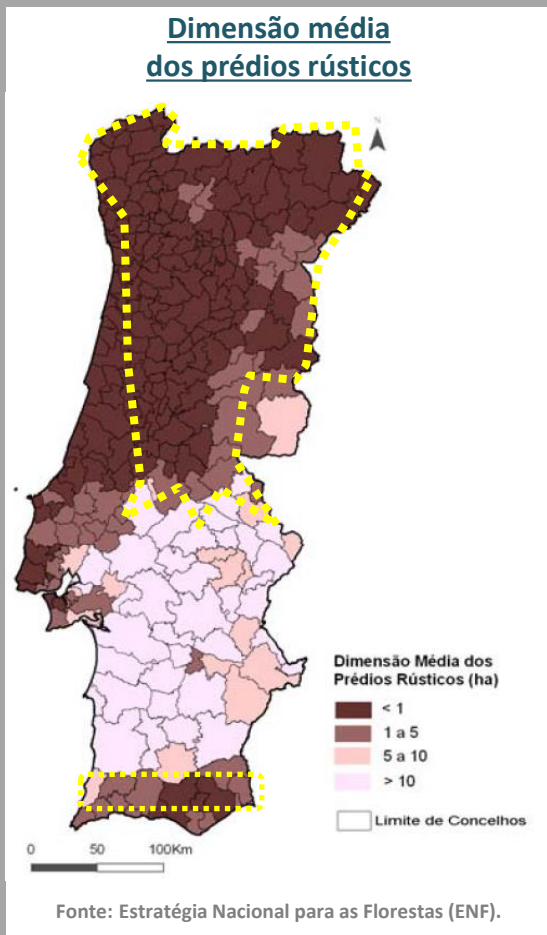
Características estruturais : Demografia das Zonas Rurais

Substituição e gerações em idade ativa, 2001 e 2011

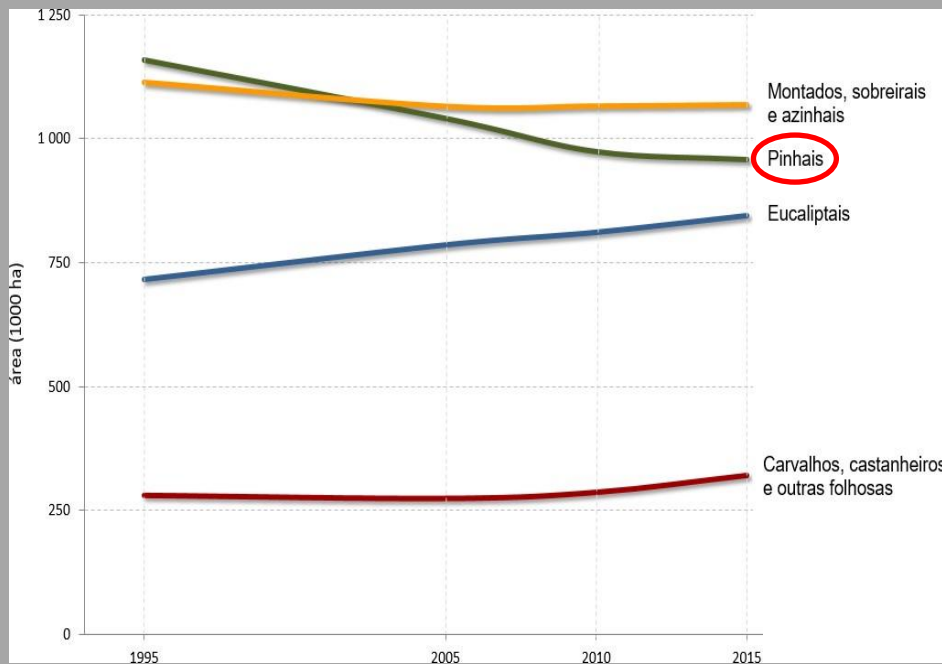


Fonte: GPP revista "CULTIVAR", nº11

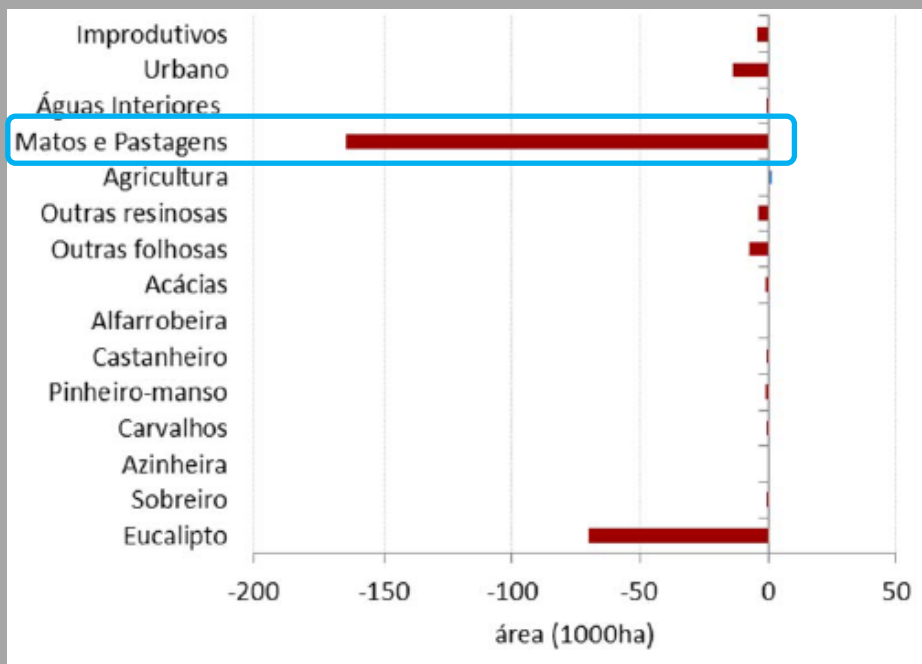
Características estruturais : Estrutura da propriedade rústica e risco de incêndio



- A área total pinheiro-bravo diminui 263 mil ha entre 1995 e 2010. A maior parte desta área transformou-se em “matos e pastagens” (165 mil ha), 70 mil em eucalipto, 13 mil em espaços urbanos e 13,7 mil em áreas florestais com outras espécies arbóreas.
- Pese embora se registe uma diminuição da representatividade da classe matos e pastagens de 2010 a 2015 (-2,3%), verifica-se que a **área de matos aumentou 42 mil hectares em relação a 2010.**



Principais formações florestais em PT (IFN6)



Alteração da área de pinheiro-bravo 1995-2010 (IFN6)

Levantamento das necessidades gerais

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

- Resiliência do solo / explorações
- Auto Aprovisionamento
- Abastecimento Indústria Local
- Investimento / tecnologia

AMBIENTE E CLIMA

- **Mitigação Alterações Climáticas**
- **Adaptação Alterações Climáticas**
- **Preservação Recursos Naturais**
- **Combate/Prevenção: Pragas, Incêndios, Desertificação**

TERRITÓRIO

- **Floresta sustentável**
- Demografia/Povoamento
- Rejuvenescimento
- Diversificação de atividades

Pontos de reflexão para uma gestão florestal ativa

- Maior **ambição ambiental e climática** versus QFP limitado;
- **Apoio à Gestão versus Apoio ao investimento** - reequilíbrio entre compromissos plurianuais de gestão e apoio ao investimento em arborização e beneficiação . [Só para zonas prioritárias e/ou zonas de gestão partilhada? Forte diferenciação do apoio para zonas de risco? Apoios ao mosaico/pastorícia – quais os melhores agentes? Contratos Programa?]
- **Intervenções de cariz ambiental e de conservação / intervenções de cariz produtivo** – necessidade de compatibilizar as externalidades ambientais positivas para a sociedade e as necessidades da economia rural (produtores florestais e serviços rurais).
- **Articulação do nível de atuação das políticas públicas** – sinergias entre medidas agrícolas e florestais no PEPAC (1º e 2º pilares). Complementaridade entre apoios do PEPAC e de outros Fundos (FFP/ FA/ FEEI / LIFE).
- **Interligação com a temática da Bioeconomia (materiais de base florestal)** – projetos piloto de demonstração e transferência de conhecimento de recursos florestais (ex: resinagem)

Plano Estratégico PAC

Ponto de situação negociação

Hugo Costa Ferreira
Diretor de Serviços de Programação e Políticas - GPP

Pinus Webcast – 2034
Investir para mudar a História do Pinheiro-Bravo - 5 de junho 2020
Organização Centro Pinus



Nuno Calado

Sonae Arauco/Centro PINUS

Centro PINUS

“Política de Apoio ao Investimento para o Pinheiro-Bravo no horizonte 2021-2027 e 2028-2034”

Junho de 2020

Conteúdo

1. O que nos preocupa
2. Os objectivos
3. As nossas propostas
4. Principais recomendações

1. O que nos preocupa



Decréscimo de
37% do volume
(2005-2019)



Decréscimo de
27% da área
(1995-2015)



*4% apenas em
idades adultas*

**Concentração
em idades
jovens**

Políticas e apoios públicos têm sido incapazes de inverter a tendência de declínio passada, face à dificuldade da Fileira do Pinho em captar financiamento público.

17% das Arborizações | 4122 ha

1% das Beneficiações | 1531 ha

Avaliação expost do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 (ProDeR)

Relatórios da Comissão Técnica Independente (CTI) e Observatório Técnico Independente (OTI) da Assembleia da República

PDR 2020 – estima-se que apenas 5,1% do investimento seja em pinheiro-bravo

2. Os objectivos



**Diminuição do
Risco de
Incêndio**



**Aumento da
resiliência dos
territórios
florestais**



**Diminuição da
emissão de
gases de efeito
de estufa**



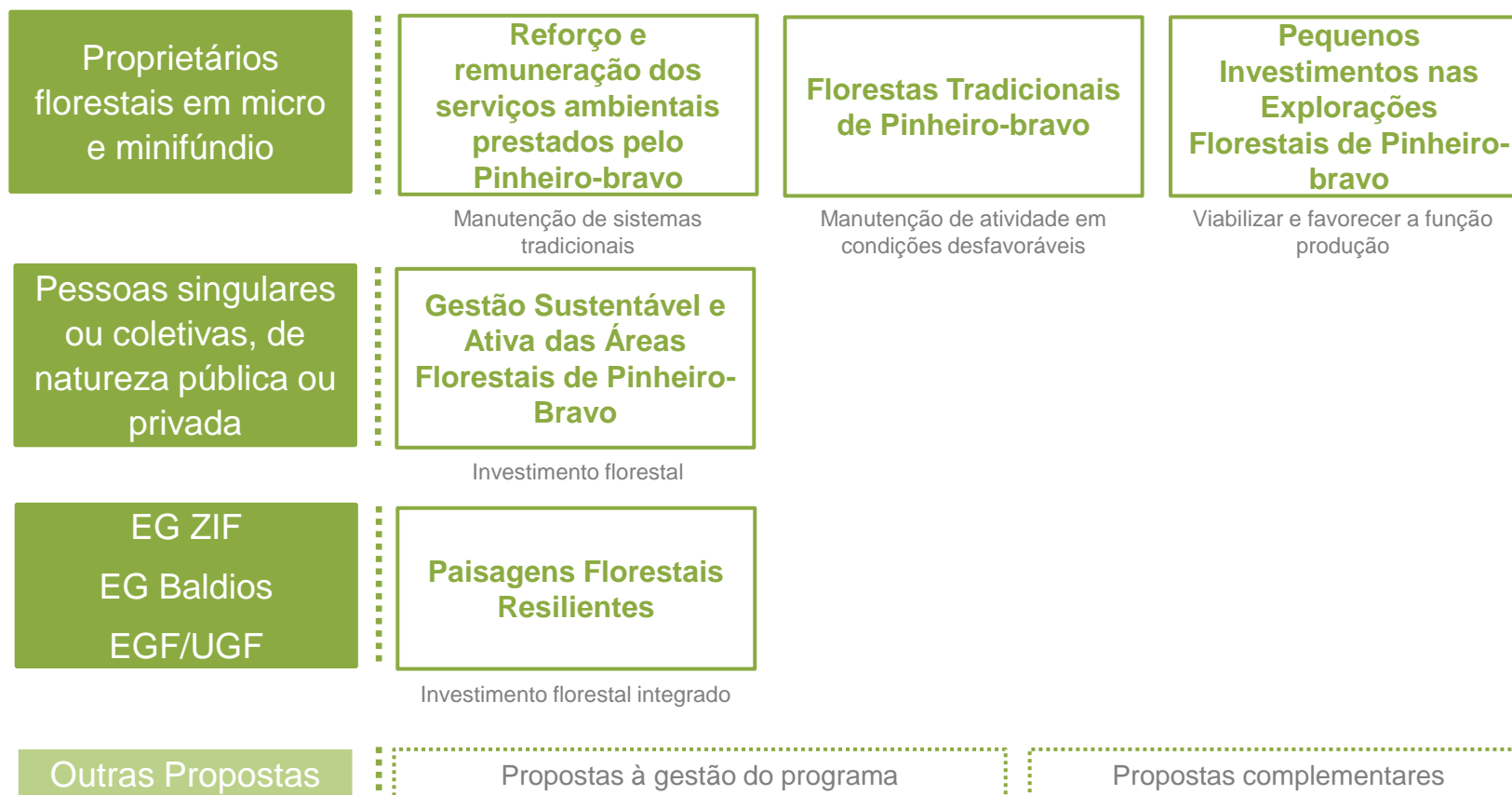
**Aproveitamento
do potencial
produtivo**

2. Investimento necessário para alcançar a meta mínima da Estratégia Nacional para as Florestas em 2030

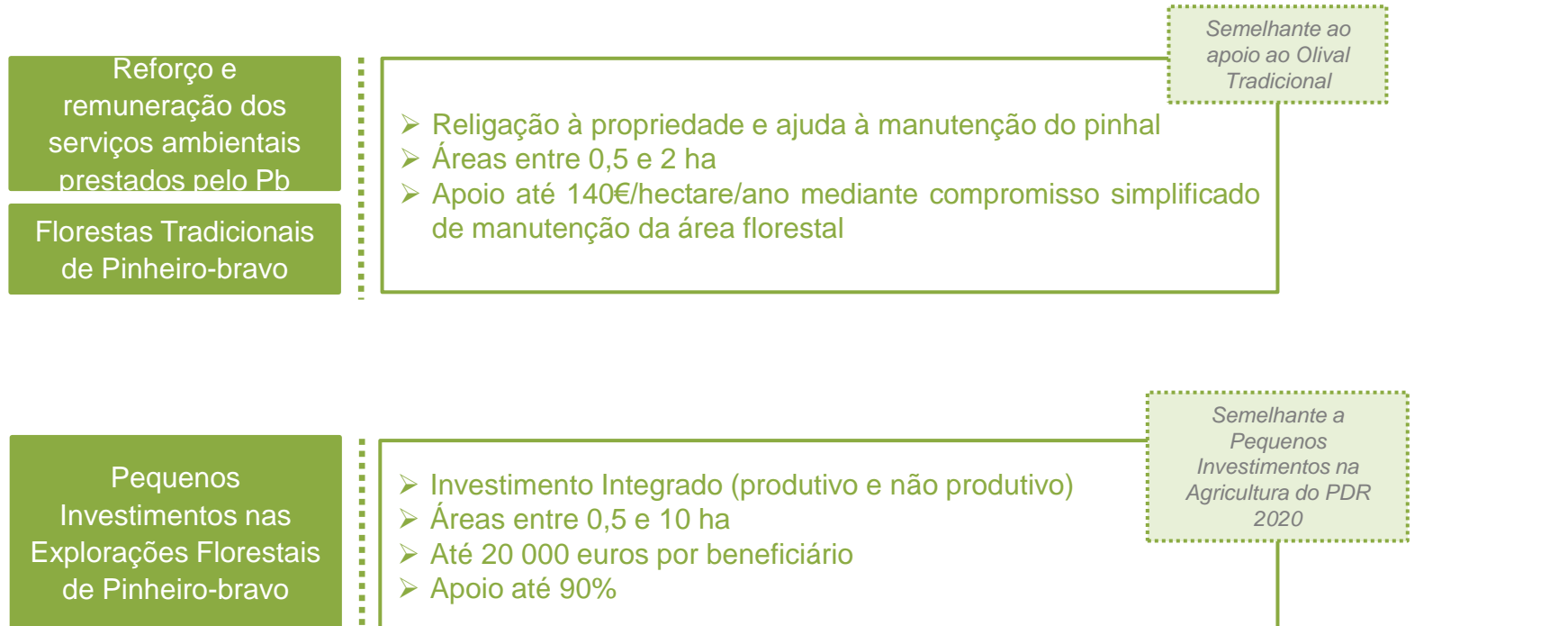
	Períodos de Programação	(Re)arborização		Regeneração Natural		TOTAL	
		Área (mil ha)	Investimento (M€)	Área (mil ha)	Investimento (M€)	Área (mil ha)	Investimento (M€)
OTI							
RNC 2050							
PNGIFR							
	2021-2027	57	85	286	286	343	371
	2028-2034	53	79	114	114	167	193
	Total	109	164	400	400	510	564

Estratégia Florestal Nacional – 727 000 ha (meta mínima)

3. Intervenções propostas



3. Intervenções propostas para beneficiários em micro e minifúndio (ainda não agrupados)



3. Intervenções propostas para beneficiários com escala ou em gestão agrupada

Gestão Sustentável e
Ativa das Áreas
Florestais de Pinheiro-
Bravo

- Áreas superiores a 10 ha
- Investimento produtivo e algumas despesas conexas
- Apoio até 90 %

*Semelhante
operação 8.1.5
PDR 2020*

Paisagens Florestais
Resilientes

- Investimento integrado mediante contrato-programa
- Apoio de 100% das ações elegíveis
- Até 500 000 euros por contrato-programa

3. Intervenções propostas para beneficiários em micro e minifúndio (ainda não agrupados)

	<i>Despesa Pública Média Unitária (€/ha)</i>	<i>Meta 2021-2027 (ha)</i>	<i>Despesa Pública (€)</i>
Reforço e remuneração dos serviços ambientais prestados pelo Pb	130 €/ha/ano	75 000	48 750 000 €
Florestas Tradicionais de Pinheiro-bravo	130 €/ha/ano	25 000	16 250 000 €
Pequenos Investimentos nas Explorações Florestais de Pb	1 443,75 €/ha	20 000	28 875 000 €
Gestão Sustentável e Ativa das Áreas Florestais de Pb	1 237,50 €/ha	117 000	144 787 500 €
Paisagens Florestais Resilientes	1 500,00 €/ha	206 000	309 000 000 €
			547 662 500 €

4. Principais Recomendações

O futuro Programa de Desenvolvimento Rural deve questionar paradigmas e eleger como prioridade alavancar o investimento nas regiões de minifúndio ainda sem gestão agrupada, paralelamente ao apoio aos baldios e áreas em gestão agrupada.

São indispensáveis o **aumento da dotação financeira global de apoio ao investimento florestal** no âmbito da política europeia de desenvolvimento rural e o **aumento do cofinanciamento** nacional.

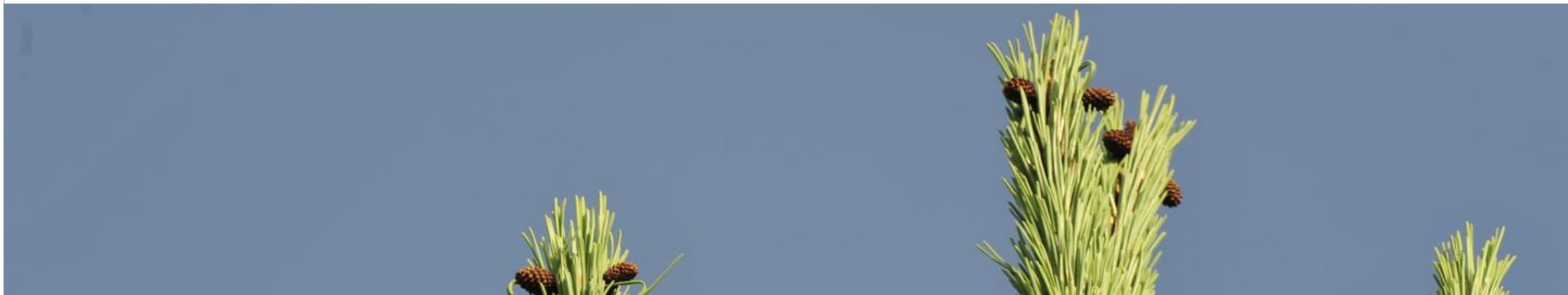
É necessário **utilizar outros fundos e instrumentos financeiros nacionais para financiar ações atualmente apoiadas pelo PDR 2020**, com destaque para as relativas à prevenção de incêndios.

A **sinergia e a complementaridade de fundos** deverão ser promovidas.



Centro PINUS

Obrigado pela atenção



www.centropinus.org

info@centropinus.org

